

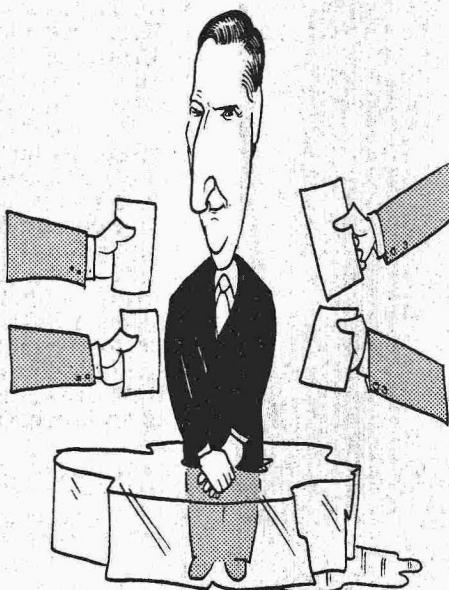
Com Collor, a era da aventura

Os economistas imaginam dois cenários para o caso de o presidente Fernando Collor permanecer no governo. Em ambos, levam em conta o seu enfraquecimento e as dificuldades de articulação política no Congresso, o que emperraria o avanço da modernização e abertura econômica. As duas situações também são bastante temidas porque, cada uma à sua maneira, institucionalizariam a aventura. "Ele vai precisar criar fatos novos e um fôlego de sustentação", analisa o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo (USP).

"Seria a era da aventura total, com medidas de impacto como foi o confisco dos cruzados", imagina. Nesse caso, voltariam à cena os choques econômicos, o congelamento e controle dos preços e a dollarização. Para dirigir com essa linha-mestra, surge o nome de Daniel Dantas, que defende o calote da dívida pública, a diminuição do ritmo da abertura externa e a dollarização da economia.

Dentro desse cenário, imagina o presidente da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo Sideval Aronis, a linha modernista de Collor estaria completamente derrotada por causa da resistência política. "Ele tentará uma relação mais direta com a população, com choques de efeitos que se mostrariam efêmeros e ineficazes." Para esse papel, Collor excluiria de sua lista de ministeráveis nomes como José Serra, Delfim Netto ou Affonso Celso Pastore.

Entraria em ação o estilo "é dando que se recebe" que tanto Gianet-



ti, Aronis e André Franco Montoro Filho, também da USP, encaixam com perfeição no presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, cuja caneta tem visto favoreavelmente vários empréstimos considerados políticos.

Esse é o cenário mais preocupante. Um Collor fraco, com um ministro mais moderado, pode causar temores, mas nada assusta mais do que a possibilidade de se abrir o cofre público aos amigos. "Nessa pilotagem de alto risco tudo poderá acontecer", diz Montoro Filho, que levanta uma terceira hipótese: a de o presidente conseguir uma anistia para o passado e começar tudo de novo. "Mas essa é uma probabilidade quase nula".

Com Itamar, mais otimismo

A ascensão do vice Itamar Franco à presidência da República teria, na avaliação dos economistas, um significado muito claro na questão pública. "Ele já entraria com um compromisso com a moralidade, do qual não conseguiria fugir", analisa André Franco Montoro Filho. Só isso, opina, já seria um componente de otimismo para a economia. Contudo, embora pudesse contar com um elenco maior de nomes para o ministério, Itamar não conseguiria grandes avanços, em sua opinião. Os conseguidos por Collor, como a privatização, desregulamentação e liberalização econômica não seriam revertidos, mas um governo de coalizão dificilmente avançaria muito além do que já foi feito.

O ministro da Economia da gestão Itamar, segundo imagina Montoro Filho, se limitaria ao planejamento econômico do orçamento público e do gasto público, por exemplo, e deixaria a questão monetária com quem de direito, o Banco Central. Não haveria choques ou congelamentos de preços num governo de coalizão. Já o economista Eduardo Gianetti da Fonseca trabalha com dois cenários. O primeiro, mais favorável, mantém um Itamar com postura de estadista, sacrificando o presente em nome do futuro. Aí se manteria a liberalização econômica e os projetos de reforma fiscal e desregulamentação. Nesse papel, Itamar teria atitudes contrárias às suas idéias nacionalistas do passado.

Nessa condição, Itamar colocaria como grande missão histórica entregar ao seu sucessor o setor público



saneado e a economia estabilizada, sem choques e com medidas mais profundas de organização. Outro cenário é o de um Itamar indeciso, vacilante, aberto às concessões políticas. Nesse, Gianetti inclui a possibilidade de choques heterodoxos, congelamentos e a transferência de uma verdadeira bomba ao novo presidente, em 1994. Sideval Aronis acha que, se Itamar não entender o seu governo como de transição corre o risco de enveredar para o populismo. Para ele, o vice, no poder, não aprofundaria as reformas. "No máximo faria um ajuste de caixa." Há alguma chance, acredita, de o novo governo conseguir negociar a reforma fiscal. "Mas a dificuldade será muito grande", diz.